

A HISTÓRIA DO BRASIL REPÚBLICA NA REFORMA DO ENSINO MÉDIO DE 2017: COMPARAÇÃO ENTRE OS LIVROS DIDÁTICOS APROVADOS NO PNLD 2018 E NO PNLD 2021

The History of Republican Brazil in the 2017 High School reform: a comparison of textbooks approved in PNLD 2018 and PNLD 2021

André Barbosa Fraga
Universidade Federal Fluminense

RESUMO

A reforma do Ensino Médio no Brasil, aprovada em 2017, redefiniu significativamente a organização curricular escolar. Uma de suas principais alterações foi dividir os componentes (disciplinas) por áreas, compartilhando entre eles um conjunto de competências e habilidades comuns. Com isso, os quatro componentes que integram a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (História, Geografia, Sociologia e Filosofia) passaram a repartir os mesmos livros didáticos. Diante de tal mudança, o objetivo deste artigo é comparar como a História do Brasil República é abordada nos livros didáticos de História aprovados antes da reforma, pelo PNLD 2018, e nos livros de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas aprovados pós-reforma, pelo PNLD 2021.

Palavras-chave: Educação; Reforma do Ensino Médio; História do Brasil República.

ABSTRACT

The High School reform in Brazil, approved in 2017, significantly redefined the school curriculum organization. One of its main changes was to divide the components (disciplines) into areas, sharing between them a set of common skills and abilities. As a result, the four components that make up the area of Applied Human and Social Sciences (History, Geography, Sociology and Philosophy) began to share the same textbooks. Faced with such a change, the objective of this article is to compare how the History of Brazil Republic is approached in History textbooks approved before the reform, by PNLD 2018, and in Applied Human and Social Sciences books approved post-reform, by PNLD 2021.

Keywords: Education; High School Reform; History of Republican Brazil.

INTRODUÇÃO

Ao longo de sua história colonial, imperial e republicana, a educação formal/escolar do Brasil passou por significativas transformações, resultantes da junção, em diferentes contextos, de inúmeros fatores políticos, econômicos, sociais e culturais, tais como mudanças governamentais, comparação com outros países e com os modelos educacionais adotados por eles, crescimento demográfico e alteração no perfil da população, aparecimento constante de ideias, práticas, ideologias e métodos inovadores e expansão capitalista criando a necessidade de novas demandas, mercados e formação de mão de obra especializada. Essa conjuntura levou a constantes alterações no ensino, inclusive na etapa que atualmente, por intermédio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96, convencionou-se chamar de educação básica, composta por Pré-escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

O Ensino Médio, foco da presente pesquisa, passou, no decorrer da formação da sociedade brasileira, sem levar em consideração as de menor expressão, por um total de 21 reformas, tendo uma delas ocorrido no período colonial (1759), nove durante o Império (1838, 1841, 1855, 1857, 1862, 1870, 1876, 1878 e 1881) e onze após a Proclamação da República (1890, 1901, 1911, 1915, 1925, 1931, 1942, 1961, 1971, 1982 e 1996) (Marcílio, 2005, p. 128). Com o intuito de ilustrar aqui, de maneira breve, o teor dessas mudanças no Ensino Médio, optou-se por ficar restrito apenas àquelas ocorridas depois da chamada Revolução de 1930, a qual encerrou a Primeira República (1889-1930) e levou Getúlio Vargas à presidência do Brasil. Essa escolha tem por justificativa o fato de que somente após esse movimento político a estrutura educacional do país passou por um processo de unificação e de centralização, tendo sido criado, pela primeira vez, um Ministério da Educação, em 14 de novembro de 1930.

A reforma Francisco Campos, de 1931, chamada assim em referência ao primeiro ministro da pasta, ocorrida no governo provisório de Getúlio Vargas (1930-1934), estabeleceu no Ensino Médio, chamado à época de ensino secundário, um currículo seriado e a frequência obrigatória, com dois ciclos, um fundamental, de cinco anos, de formação básica, e outro complementar, de dois anos, estruturado como curso propedêutico (Romanelli, 2014, p. 136-138). Ainda no governo Vargas, mas já sob a ditadura do Estado Novo (1937-1945), foi implementada em 1942, durante o ministério de Gustavo Capanema, outra reforma. De caráter conservador e elitista, estruturou o dualismo educacional, com o ensino secundário público destinado às elites condutoras, no qual prevaleceu a matriz clássica humanista, e o ensino profissionalizante voltado às classes populares (Bomeny, 1999, p. 138).

Em 1946, após o fim do Estado Novo, para regulamentar a educação em uma nova perspectiva, ventilou-se a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN). Após discussões que se arrastaram por anos, ela finalmente foi aprovada em 1961. O Ensino Médio passou a abranger o ensino secundário e o ensino técnico-profissional (com os ramos industrial, agrícola e comercial e o curso normal), divididos em

ginasial, de quatro anos, e colegial, de três anos (Nascimento, 2007, p. 82). Com o golpe de 1964 e a implementação de uma nova ditadura, marcados pelo contexto da Guerra Fria e da aproximação do Brasil ao bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos, a educação passou por novas mudanças. Ela ocorreu por meio da reforma do ensino secundário de 1971, na qual esse nível educacional teria como função principal qualificar para o mercado de trabalho, tornando-se obrigatoriamente profissionalizante e perdendo assim a característica humanista (Nascimento, 2007, p. 83).

Em 1982, nos anos finais da ditadura e já em processo de abertura política, outra alteração: a profissionalização obrigatória do Ensino Médio é extinta, voltando-se a adotar a concepção de escola dualista vigente antes do golpe de 1964, marcada pelas formações propedêutica e profissionalizante (Nascimento, 2007, p. 84). Com a redemocratização e a Constituição de 1988, passaram a se discutir o modelo de educação a ser empregado no país e a necessidade de produção de uma nova LDB, aprovada em 1996. Por meio dela, as disciplinas do Ensino Médio foram divididas em dois blocos: uma base comum, composta por três áreas de conhecimento (linguagem e código, ciências da natureza e matemática e ciências humanas) e outra base diversificada, ocupando 25% da carga horária total, incluindo pelo menos uma língua estrangeira (Nascimento, 2007, p. 85-86).

Todas essas reformas do Ensino Médio apresentadas aqui afetaram, conseqüentemente, a quantidade de disciplinas ofertadas e os conteúdos delas a serem ministrados pelos professores. Dessa forma, o ensino de História também foi impactado, apresentando, ao longo do tempo, características distintas. Por exemplo, em ambas as reformas realizadas durante o primeiro governo Vargas há uma forte referência ao ensino de História. A diferença principal nos programas da disciplina é o espaço reservado à História do Brasil. A de 1931 rompeu com a divisão preexistente entre História Universal e História do Brasil, ao criar a cadeira de História da Civilização, que unificou História Geral, História da América e História do Brasil. Já a de 1942, aprovada no contexto de fortalecimento do nacionalismo, restaurou a cadeira de História do Brasil, considerada essencial para cumprir o importante papel cívico de glorificação da pátria, concedendo-lhe a mesma quantidade de horas voltada à História Geral (Reznik, 1998).

Por sua vez, o programa curricular da reforma de 1971, imposto durante o regime civil-militar, apresentava um ensino pouco crítico, baseado em uma história linear de fatos predominantemente políticos e militares, com destaque para as biografias dos “grandes homens”, os condutores da história, incluindo as dos presidentes do pós-1964. Nessa concepção, a ordem social, livre de conflitos, seria um fator de progresso, e as desigualdades não deveriam ser questionadas, ao contrário, seriam legitimadas como fatos universais e naturais, garantindo, assim, o controle ideológico e a eliminação de qualquer tipo de resistência ao governo (Fonseca, 2007, p. 55; Fonseca, 2011, p. 56).

Na década de 1980, com a crise do regime militar, o processo de redemocratização do Brasil, a promulgação da Constituição de 1988 e, conseqüentemente, o aparecimento de novas possibilidades de se pensar a

realidade do país, verificou-se a necessidade da promoção de mudanças no ensino de História, tornando-o mais democrático, dinâmico e participativo. Essa intenção resultou na elaboração de novos programas e metodologias para o ensino dessa disciplina no Ensino Médio. No geral, houve consenso em torno da necessidade de um “ensino de História voltado para a análise crítica da sociedade brasileira, reconhecendo seus conflitos e abrindo espaço para as classes menos favorecidas como sujeitos da História” (Fonseca, 2011, p. 60). No geral, as novas abordagens incluíam a integração entre História do Brasil e História Geral e o emprego de expressões e conceitos extraídos da teoria marxista, com os conteúdos sendo organizados pela cronologia dos modos de produção, indo das comunidades primitivas ao modo de produção capitalista. Procurava-se, assim, dar fim à “História linear, mecanicista, etapista, positivista, factual e heroica” (Fonseca, 2011, p. 62).

Chegando a um período mais recente, em 2017 estive em curso no Brasil a implementação de uma nova reforma do Ensino Médio, a 12ª do período republicano. Discutida desde 2013, teve sua adoção definida pela Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 (Brasil, 2017a), em momento de grande instabilidade política, econômica e social, quando, após o impeachment sofrido pela presidenta de esquerda Dilma Rousseff (PT), em 2016, assumiu a presidência da República o vice, Michel Temer (PMDB). No governo dele, de caráter neoliberal, a reforma do Ensino Médio ganhou novos contornos, sendo redefinida sua organização curricular, a qual se tornou mais flexível, com a oferta de diferentes possibilidades de escolhas aos estudantes, os chamados itinerários formativos, com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional. Com isso, houve uma redução da carga horária das disciplinas tradicionais, que passaram a ter seus conteúdos organizados por áreas de conhecimento, e não mais separados.

Nesse momento, por exemplo, os quatro componentes que passaram a integrar a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (Filosofia, Geografia, História e Sociologia) compartilharam um conjunto comum de competências e habilidades. Com a sua implementação, a partir de 2022 na maior parte dos estados, os professores tiveram que lidar com muitas alterações em suas práticas docentes, na organização curricular e na preparação das aulas adaptadas a esse novo contexto. Tal mudança também causou uma alteração substancial nos materiais pedagógicos empregados em sala de aula, inclusive naquele que muitas vezes tem sido apresentado como o instrumento escolar mais importante a dar suporte ao ensino-aprendizagem: o livro didático.

Todas as reformas do Ensino Médio já realizadas no Brasil tiveram impacto, umas mais e outras menos, no formato e conteúdo dos livros didáticos. Com a de 2017 não foi diferente. Para se adequarem às novas exigências trazidas pela Reforma e pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os livros, até então organizados por disciplina, passaram a ser unicamente por áreas de conhecimento, mudança estabelecida a partir do

Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2021.¹ Nele, a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas teve quatorze coleções aprovadas. O corpo docente de cada escola pública do país escolheu uma delas para ser adotada em sua unidade escolar. Com essa mudança nos livros didáticos, bem como a adaptação deles para as competências e habilidades previstas na BNCC, houve uma redução dos conteúdos anteriormente abordados, já que Filosofia, Geografia, História e Sociologia passaram a dividir espaço nos mesmos livros.

Tal alteração nesse material escolar coloca algumas questões: com a fusão promovida, como os conteúdos foram organizados? A nova estruturação fez com que os conhecimentos de História ocupassem que lugar? Eles ainda estão presentes, de qual maneira? A mudança ocorrida em 2017 trouxe aos historiadores e educadores a necessidade de avaliar a qualidade do conhecimento de História que estava chegando aos alunos pelos materiais didáticos produzidos no âmbito do então Novo Ensino Médio. A partir dessa perspectiva, o presente artigo objetiva focar em um conteúdo específico do currículo, analisando comparativamente as representações sobre o período republicano do Brasil nos livros didáticos publicados antes da reforma do Ensino Médio, por intermédio do PNLD 2018, e após a reforma, com o PNLD 2021. A preocupação em analisar a História do Brasil e mais especificamente o período republicano justifica-se pela importância de a formação básica dos estudantes que estão concluindo o Ensino Médio contemplar um entendimento aprofundado a respeito da História contemporânea do próprio país e de seu tempo mais presente.

Para atingir tal propósito, adotou-se como estratégia a análise de duas coleções de livros didáticos aprovadas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2018 e duas coleções aprovadas pelo PNLD 2021. Com isso, foi possível comparar dois momentos distintos de organização do conteúdo da disciplina História. O primeiro, antes da Reforma, marcado pela última avaliação governamental de livros didáticos ancorada no currículo anterior, e o segundo, pós-reforma, baseado em um novo modelo, cuja implementação vigorou até 2024, quando foi alterada pela reforma da reforma do Ensino Médio promovida pelo presidente Lula, então eleito presidente em 2022. Essa ação permitiu identificar as continuidades e as mudanças ocorridas no processo.

A metodologia empregada para a escolha das quatro coleções examinadas, entre todas as aprovadas (no PNLD 2018, foram 13; e no PNLD 2021, 14) consistiu em, primeiro, selecionar quais editoras recomendadas pelo PNLD 2018 também conseguiram aprovação no PNLD 2021 e, segundo, verificar dessas quais mantiveram os mesmos autores de 2018 trabalhando no projeto de 2021, ainda que tenham sido acrescentados outros nomes à equipe, já que, como informado, com a reforma de 2017 o livro deixou de ser apenas de História e passou a ser compartilhado com Filosofia,

¹ O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), criado nos anos 1980, em meio ao processo de redemocratização do Brasil, vem sendo implementado no país desde a década de 1990. Ele tem como função avaliar os livros submetidos pelas editoras ao Ministério da Educação (MEC) para distribuição às escolas públicas do Brasil, caso atendam aos critérios de qualidade estabelecidos por especialistas de cada área de conhecimento (Rocha, 2017, p. 15).

Geografia e Sociologia. Essa verificação mostrou que, além de novas editoras terem conseguido aprovação no PNLD 2021, houve uma troca significativa de autores entre as editoras.² Tal método se mostrou a escolha mais apropriada, pois permitiu identificar, com mais precisão, exatamente as mudanças ocorridas em livros produzidos pelas mesmas editoras e mesmos autores. Assim, conforme o quadro 01, apenas duas coleções de cada PNLD mantiveram tais características, utilizadas aqui para a seleção dos livros que foram analisados:

Quadro 01 – Livros didáticos de História presentes no PNLD 2018 e no PNLD 2021 selecionados para análise.

Editora Saraiva
PNLD 2018
Título: <i>História</i> Ano: 2016 Autores: Ronaldo Vainfas, Sheila de Castro Faria, Jorge Ferreira e Georgina dos Santos
PNLD 2021
Título: <i>Humanitas.doc</i> Ano: 2020 Autores: Ronaldo Vainfas, Sheila de Castro Faria e Jorge Ferreira
Editora FTD
PNLD 2018
Título: <i>História, Sociedade & Cidadania</i> Ano: 2016 Autor: Alfredo Boulos Júnior
PNLD 2021
Título: <i>Multiversos: ciências humanas</i> Ano: 2020 Autores: Alfredo Boulos Júnior, Edilson Adão e Laercio Furquim Jr.

Fonte: Autoria própria.

² Por exemplo, Cláudio Vicentino, trabalhando há anos como autor da Scipione, passou a atuar na editora Ática, o mesmo ocorrendo com Gilberto Cotrim e Reinaldo Seriacopi, os quais deixaram, respectivamente, a Saraiva e a Ática e passaram a integrar, também respectivamente, as equipes das editoras Moderna e FTD na elaboração dos livros para o PNLD 2021.

A HISTÓRIA DO BRASIL REPUBLICANO NOS LIVROS DIDÁTICOS ANTES DA REFORMA

Para muitos docentes, com cargas de trabalho elevadas e poucos recursos financeiros das redes escolares em que atuam investidos em capacitação, o livro didático representa o principal meio de acesso à informação disponível, tornando-se referência decisiva no que se ensina e como se ensina:

O livro didático é quase que o único material de apoio que o professor encontra à sua disposição e, por isso, apoia nele a parte central de seu trabalho – planeja as aulas seguindo a disposição dos conteúdos, utiliza os textos em sala de aula, monta com eles um material próprio e deles retira as questões da avaliação. A ausência de projetos de formação continuada, de reuniões de professores, de discussões sobre seu trabalho acentua a dependência do manual (Abud, 2007, p. 115).

Dada a complexidade desse material escolar, ele possui, ao mesmo tempo, múltiplas funções, tais como ser instrumento pedagógico, referência sobre conteúdos selecionados, documento histórico, objeto cultural e mercadoria (Monteiro, 2009, p. 198). Além dessas citadas, outra torna o livro didático muito atraente para os historiadores como fonte de pesquisa: ser também um lugar de memória.³ Ou seja, essa característica faz dos manuais escolares locais privilegiados, em um esforço homogeneizador, de construção e divulgação do conhecimento e de formação de identidades. Eles servem como instrumentos para a formação da memória de um país, demarcando tanto o que deve ser lembrado quanto aquilo que deve ser esquecido:

[...] o livro escolar pode ser compreendido como “lugar de memória”, onde os acontecimentos são transformados em fatos que passam a compor a memória nacional, na condição de marcos fundadores. [...]. Os sentidos impressos em toda a sua estrutura didática fazem dele portador de um sistema de valores, de cultura e de representações, que articulados à narrativa histórica colaboram na composição da consciência e da memória coletiva de uma sociedade (Caldas, 2005, p. 12).

A partir dessa constatação do livro didático de História como um dos principais construtores e difusores do conhecimento histórico e, sobretudo, de determinadas memórias sobre o passado, torna-se fundamental a constante avaliação de historiadores e especialistas a respeito do que está sendo ensinado para os estudantes da educação básica. Para alcançar o objetivo de comparar a História do Brasil

³ Para o historiador francês Pierre Nora, criador da expressão, os “lugares de memória” “nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais” (Nora, 1993, p. 13).

República presente nos livros didáticos anteriores e posteriores à reforma de 2017, serão utilizados como fontes deste primeiro ponto da análise o guia de livros didáticos da disciplina História para o Ensino Médio, do PNLD 2018, editado pelo governo federal (Brasil, 2017b), e duas coleções aprovadas por ele e selecionadas com base nos critérios já informados anteriormente.

Tal guia, última avaliação e escolha de livros feita antes da reforma do ensino aprovada pelo presidente Temer, permite uma visão mais ampla de como a História no geral é apresentada. Já as coleções de livros didáticos *História* (Vainfas, 2016) e *História, Sociedade & Cidadania* (Boulos Júnior, 2016) ajudam a avaliar com detalhes como a História do Brasil República vinha sendo retratada até o ano de 2021. Diante disso, o primeiro aspecto a se destacar é o formato, o qual, conforme veremos adiante, sofrerá significativas alterações no modelo empregado pós-reforma. O PNLD 2018 aprovou treze coleções de livros didáticos de História, sendo cada uma delas formada por três volumes, voltados, respectivamente, ao primeiro, segundo e terceiro anos do Ensino Médio.⁴ Então, no total, foram 39 livros aprovados, com em média 288 páginas cada um.

Para estruturar o conteúdo da disciplina escolar História no Ensino Médio, as editoras inscritas no PNLD 2018 e seus autores especialistas se orientaram nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM/1999); nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM/2012); na Matriz de Referência de Ciências Humanas (MRCH/2009), que embasa a construção dos itens do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); e nos consensos temporários em termos de habilidades historiadoras, induzidas pelos Editais do PNLD. Até a divulgação, em 2018, da versão final da BNCC do Ensino Médio, o Brasil não possuía um currículo nacional oficial (Brasil, 2017b, p. 9).

A análise do Guia do PNLD 2018 revela que o conteúdo histórico comumente empregado nessas 13 coleções é aquele que distribui a matéria conservando a periodização em cinco partes: Pré-História, História Antiga, História Medieval, História Moderna e História Contemporânea. Apesar de os autores dessas obras considerarem esse modelo “tradicional”, ligado à História ocidental e europeia, muitos deles justificam o seu uso pela força do “hábito” e da “tradição”. Além disso, a sua manutenção se justifica também por ainda ser empregado na matriz do ENEM e nos programas dos principais vestibulares de universidades públicas e privadas do Brasil (Brasil, 2017b, p. 19).

Apesar de seguirem com tal divisão dos conteúdos, as editoras tentaram suavizar e combater uma disposição linear do processo histórico da humanidade adotando como estratégia o emprego do conteúdo de forma integrada, articulando as Histórias do Brasil, América e Global. Nesse processo, buscando respeitar a diversidade cultural e se afastar do eurocentrismo, os livros didáticos ampliaram o espaço de inclusão das

⁴ Das 13 coleções, uma é da editora Ática, uma da Base Editorial, uma da Editora do Brasil, uma da Escala Educacional, uma da FTD, uma da Leya, duas da Moderna, uma da Palavras Projetos Editoriais, uma da Quinteto, duas da Saraiva e uma da Scipione (Brasil, 2017b).

histórias da Índia, da China, da África e dos povos indígenas e afro-brasileiros (Brasil, 2017b, p. 19). Essas outras histórias passam a ter destaque, não aparecendo no livro somente quando seus caminhos eram cruzados pelos europeus.

Sendo assim, o modelo de divisão da matéria integrado, baseado em uma sequência progressiva cronológica da História, foi o empregado nas 13 coleções aprovadas pelo PNLD 2018. Outro modelo, chamado de temático, foi muito pouco utilizado pelas editoras brasileiras ao longo do tempo. Ele consiste em não ficar dependente da divisão da História em grandes períodos e preocupado em abarcar a “totalidade da história”, contada de maneira linear. A transmissão da matéria ocorre através de eixos temáticos, em que um tema, por exemplo, escravidão, é explicado a partir de várias dimensões e contextos históricos. Ou seja, da experiência de determinadas sociedades em distintos períodos, como na Antiguidade, na Idade Moderna e na contemporaneidade.

Sobre o currículo de quem escreveu os livros, a análise realizada pela presente pesquisa mostrou que em todas as 13 coleções aprovadas pelo PNLD 2018⁵ ao menos um dos autores tem alguma formação em História, seja bacharelado e/ou licenciatura, especialização, mestrado ou doutorado.⁶ Já a respeito do papel do professor, domina a ideia desse profissional como mediador do processo de produção e/ou aquisição do conhecimento histórico. E em relação aos exercícios e atividades presentes nos livros há claramente uma preocupação em preparar os alunos a fim de possibilitar a aprovação deles no Exame Nacional do Ensino Médio e nos demais vestibulares existentes nos diferentes estados do país. Das treze coleções aprovadas, nove estruturaram a escolha de diferentes tipos de exercícios e de atividades com esse objetivo. Essa preparação, inclusive, aparece como justificativa para a finalidade da existência da História como disciplina escolar (Brasil, 2017b, p. 17).

Voltando ao conteúdo dos livros, no geral os autores das obras aprovadas no PNLD 2018 dividem a matéria entre os três volumes da seguinte forma: primeiro ano do Ensino Médio (Pré-História, História Antiga, História Medieval e História Moderna), segundo ano do Ensino Médio (História Moderna e História Contemporânea) e terceiro ano do Ensino Médio (História Contemporânea). A análise do conjunto dos livros revela uma tendência progressiva à diminuição e perda do espaço reservado ao período da História Medieval e à ampliação do espaço destinado à História Contemporânea. Isso se evidencia pela observação de que mais da metade das coleções aprovadas reservam entre 51% e 77% dos seus capítulos para a História contemporânea. Inclusive, seus terceiros volumes são exclusivamente dedicados aos séculos XX e XXI (Brasil, 2017b, p. 20).

⁵ Das coleções, três possuem um autor, seis possuem dois autores, três possuem três autores e uma possui quatro autores.

⁶ Com duas exceções, mas cuja formação tem relação com História: Letícia Fagundes de Oliveira (autora do livro *Conexões com a História*, da editora Moderna) e Alfredo Boulos Júnior (autor do livro *História, Sociedade & Cidadania*, da editora FTD), que são mestres em Ciências, com concentração em História Social.

Feito esse panorama mais geral sobre as obras aprovadas no PNLD 2018, resta a partir de agora analisar especificamente as duas coleções selecionadas, verificando a forma como a História do Brasil República aparece. A coleção *História*, da Editora Saraiva, foi produzida por quatro historiadores, professores universitários do departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF): Ronaldo Vainfas, Sheila de Castro Faria, Jorge Ferreira e Georgina dos Santos. O conteúdo dos três livros é dividido da seguinte maneira: o primeiro volume, dedicado ao primeiro ano do Ensino Médio, compreende a pré-história, a Antiguidade, a Idade Média e parte da Idade Moderna; o segundo volume, voltado ao segundo ano, compreende a Idade Moderna e parte da Idade Contemporânea; e o terceiro volume, direcionado ao terceiro ano, apresenta apenas a Idade Contemporânea.⁷

Com base nessa organização cronológica do conteúdo por “eras”, marca dos livros didáticos de História até o PNLD 2018, a História do Brasil acaba sendo dividida em três partes, direcionadas cada qual a uma série do Ensino Médio: Brasil Colônia (ocorrido na Idade Moderna, para o 1º ano), Brasil Império (ocorrido na Idade Contemporânea, para o 2º ano) e Brasil República (ocorrido na Idade Contemporânea, para o 3º ano). A partir dessa lógica de distribuição da matéria, a coleção de livros didáticos em análise reserva principalmente (praticamente) o 3º volume para o aluno compreender a experiência republicana brasileira, ainda que o final do 2º volume tenha sua importância, por tratar da transição do Império para a República. O capítulo 13 do 2º volume (“O colapso da monarquia brasileira”) cumpre estritamente esse papel de explicar os elementos responsáveis pela crise do Império, os quais acabaram determinando o seu fim. Portanto, encerra o conteúdo apenas com a Proclamação da República, deixando a experiência propriamente dita de todo o período republicano para o 3º e último volume, quando abarca desde as ações de seu primeiro governante, Deodoro da Fonseca, até a atuação de Dilma Rousseff.

Essa escolha reforça a evidência de que a organização dos capítulos do conteúdo sobre a História do Brasil República é baseada na divisão já clássica e convencionalmente empregada pela maioria dos livros didáticos: a crise do Império e a Proclamação da República, a Primeira República (1889-1930), a Era Vargas (1930-1945), a República democrática (1946-1964), o Regime civil-militar (1964-1985) e a Redemocratização (1985 até os dias atuais), no caso até 2016, ano de publicação do livro. A análise dos títulos dos capítulos demonstra isso, conforme pode ser verificado a seguir: volume 2, capítulo 13 (“O colapso da monarquia brasileira”) e volume 3, capítulos 1 (“Brasil: a Primeira República”), 7 (“O Brasil na Era Vargas”), 12 (“O Brasil e a república

⁷ Todos os livros aprovados no PNLD 2018 trazem a mesma periodização do conteúdo, indo da pré-história até a Idade Contemporânea, embora cada governo estadual do Brasil tenha autonomia para definir o currículo adotado em sua rede de ensino, restringindo ou não a temporalidade abordada. Por exemplo, antes da Reforma do Ensino Médio de 2017, o currículo da rede estadual para esse nível de ensino em São Paulo dava destaque à História Antiga. Já o do Rio de Janeiro, focava apenas nos aspectos da antiguidade necessários para os alunos compreenderem a transição para a Idade Média.

democrática”), 13 (“O Brasil da ditadura militar”) e 15 (“Dilemas da democracia brasileira”).

No que diz respeito aos textos-base, os principais da coleção, nos quais são construídas as narrativas centrais da obra, cada um dos seis capítulos a respeito da República no Brasil é apresentado enfatizando-se a noção de história-problema, desenvolvida por meio de questões introdutórias e reforçada nos textos auxiliares com a sugestão de documentos históricos para serem empregados em sala de aula. Com ênfase nas dimensões/nos temas “política”, “economia”, “cultura”, “cidadania” e “conflitos sociais”, cada matéria é desenvolvida de forma cronológica e detalhada, com a preocupação de que o aluno compreenda as causas de um determinado evento histórico, as reações de diferentes indivíduos e grupos envolvidos nele e quais as consequências para a sociedade brasileira. Os textos-base revelam o emprego de referências fundamentadas na historiografia, inclusive com o cuidado de revisar certas interpretações, dando mais espaço para sujeitos que por muito tempo ficaram à margem dos livros didáticos, destacando-se, por exemplo, figuras de mulheres/movimentos afro-brasileiros e a presença deles em diferentes espaços sociais. Assim, abordam-se no capítulo 13 do segundo volume “As mulheres da Guerra do Paraguai” e no capítulo 1 e 7, do terceiro volume, respectivamente, “Bertha Lutz” e “Lutas do movimento negro”.

Concluída a apresentação dos principais aspectos sobre a História republicana do Brasil observados na coleção *História*, da editora Saraiva, a partir de agora a análise recai sobre outra coleção, intitulada *História, Sociedade & Cidadania*, da editora FTD. Ela tem como autoria Alfredo Boulos Júnior, mestre em Ciências (com concentração em História Social) e doutor em Educação. Começando pela divisão do conteúdo ao longo dos três volumes, conforme feito na coleção anterior, ela foi definida da seguinte maneira: no primeiro livro, direcionado ao 1º ano do Ensino Médio, abordam-se a pré-história, a Antiguidade, a Idade Média e parte da Idade Moderna; já no segundo, dedicado ao 2º ano, são explicadas a Idade Moderna e parte da Idade Contemporânea; e, por fim, no terceiro, voltado ao 3º ano, é apresentada apenas a Idade Contemporânea. Comparando as duas coleções analisadas, não há diferença em termos de periodização na distribuição do conteúdo.

Saindo do aspecto mais geral da periodização e focando em como especificamente a História do Brasil é retratada por Alfredo Boulos Júnior, a divisão foi estabelecida da seguinte forma: como o 1º volume (direcionado ao 1º ano do Ensino Médio) não abarca a América, a História do Brasil Colônia, ocorrida na Idade Moderna, é abordada somente no segundo volume (2º ano), o mesmo que contém o Brasil Império, ocorrido na Idade Contemporânea, justamente as duas “eras” retratadas no volume 2. Por fim, o Brasil República, estabelecido na Idade Contemporânea, é destaque do 3º volume, ainda que a crise do Império, a Proclamação da República e os governos de Deodoro da Fonseca e de Floriano Peixoto sejam tratados no segundo volume.

Assim, temos duas diferenças importantes entre as coleções da Saraiva e da FTD. A primeira é o quanto se avança na República já no segundo volume. Enquanto a coleção de Ronaldo Vainfas e de seus colegas

da UFF apresenta apenas o desmantelamento do segundo Reinado e a Proclamação da República, a de Alfredo Boulos Júnior segue até os dois primeiros governos republicanos propriamente ditos, os quais se convencionou chamar de “República da Espada” (1889-1894). Por sua vez, a segunda diferença diz respeito à organização do conteúdo de História do Brasil adotado por cada coleção. A editora Saraiva aborda a história nacional em seus três volumes, respectivamente, Colônia, Império e República. Já a FTD insere o conteúdo da História do Brasil apenas nos dois últimos volumes, sendo o segundo para Colônia, Império e o início da República e o terceiro para o restante do período republicano, de 1894 em diante.

Voltando para a análise da coleção de Alfredo Boulos Júnior, agora com o foco na organização do conteúdo sobre a História do Brasil República, constata-se que a distribuição da matéria nos capítulos dos dois últimos volumes é baseada na clássica divisão do ensino da história republicana em seis partes: crise do Império e Proclamação da República, a Primeira República (1889-1930), a Era Vargas (1930-1945), a República democrática (1946-1964), o Regime civil-militar (1964-1985) e a Redemocratização (1985 até o governo Dilma Rousseff). A verificação dos títulos dos capítulos revela claramente isso, iniciando no volume 2, com o capítulo 14 (“Abolição e República”), e se estendendo ao volume 3, com os capítulos 3 (“Primeira República: dominação e resistência”), 6 (“A Era Vargas”), 10 (“De Dutra a Jango: uma experiência democrática”), 11 (“O regime militar”) e 13 (“O Brasil e a nova ordem mundial”). É interessante notar que ambas as coleções são semelhantes nesse aspecto, ao dedicarem o total de seis capítulos para a República brasileira, a mesma quantidade de partes que usualmente se convencionou retratar o período em questão.

No que se refere aos textos-base dessa coleção, suas características são muito semelhantes àquelas encontradas nos livros da editora Saraiva: uma narrativa cronológica, conduzida com base na noção de história-problema, na qual os eventos históricos, no caso os diferentes períodos republicanos brasileiros, são explicados com todos os detalhes possíveis, de modo a caracterizar as motivações para determinadas mudanças ocorridas, o contexto histórico externo e interno que possibilitou que elas se dessem e as particularidades daquela experiência. A análise da coleção revela uma preocupação em rever determinadas interpretações há muito repetidas nos livros, mas que vêm sendo questionadas por pesquisas acadêmicas recentes. Por exemplo, no capítulo “Primeira República: dominação e resistência”, do volume 3, insere-se um trecho de um artigo da historiadora Cláudia Viscardi, no qual se apresentam ressalvas a respeito de uma determinada interpretação mais tradicional sobre a chamada “Política do café com leite”, mostrando que ela não controlou de forma exclusiva o regime republicano. Na obra, há também a inclusão de determinados grupos/indivíduos que por muito tempo ficaram marginalizados nos livros. Percebe-se um esforço de retratar as mulheres como sujeitos históricos, nos textos-base, nas atividades e nas imagens, fomentando uma importante discussão sobre os papéis sociais atribuídos tradicionalmente ao gênero feminino. Ao abordar suas lutas, suas ideias e ações, a coleção em questão reforça a imagem das mulheres como agentes participativos das mudanças históricas.

Após examinar os textos principais dos capítulos, conclui-se a análise das duas coleções do PNLD 2018 selecionadas abordando o emprego das avaliações, dos textos complementares e dos materiais de apoio inseridos ao longo dos capítulos sobre a História do Brasil República. Ambas as coleções demonstram uma preocupação significativa em preparar os alunos para estarem familiarizados com as provas do ENEM e de vestibulares estaduais. Isso se revela ao constar, ao final de cada capítulo, uma seção dedicada a reunir um conjunto de questões retiradas desses exames de acesso às universidades, intitulada no livro da Saraiva de “Vamos testar?” e no livro da FTD de “Atividades”.

Já em relação aos textos auxiliares, a coleção da Saraiva investe em duas seções: “Conversa de historiador”, em que se apresentam trechos de textos acadêmicos de historiadores, e “Outra dimensão: personagem”, na qual se divulga a biografia de alguma personalidade de destaque a respeito do tema então trabalhado em um determinado capítulo. A coleção da FTD, por sua vez, apresenta as seções “Para refletir”, com textos acadêmicos a respeito dos temas estudados, e “Para saber mais”, em que traz quadros com informações extras sobre os conteúdos dos capítulos trabalhados.

Além disso, há a inclusão de material de apoio diversificado e lúdico, para facilitar o aprendizado, estimulando, em seções e boxes, o uso de fontes, como imagens, charges, caricaturas, mapas, sítios de internet, filmes, poemas, cordéis, trechos de textos literários e canções. Essas partes que também compõem os livros didáticos são fundamentais, pois enquanto o texto principal tem um caráter mais factual, de contar aos alunos com detalhes e de maneira cronológica “o que aconteceu”, essas outras partes apresentam textos e propostas de atividade que estimulam os discentes a raciocinar criticamente, desenvolvendo o pensamento histórico e a capacidade argumentativa e comparativa, de modo a relacionar o passado e o tempo presente, compreendendo as questões e problemas da atualidade.

Para concluir, avaliou-se aqui também o grau de interdisciplinaridade proposto pelas duas coleções, procurando compreender se elas tentam fazer pontes com outras disciplinas do currículo escolar. Verificou-se que ambas as coleções buscam, em alguns textos complementares, apresentar essa relação. Nos livros da editora Saraiva ocorre na seção “Conexões”, por exemplo, quando, ao abordar a Guerra do Paraguai no capítulo “O colapso da monarquia brasileira”, insere-se um mapa da região da bacia do Prata, com as divisas entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, relacionando a História com a Geografia. Já a coleção da editora FTD abre espaço para que o professor busque maior interação com outras disciplinas por meio da seção “Integrando com”. Nela, por exemplo, no capítulo “Primeira República: dominação e resistência”, propõe-se uma atividade que dialoga com a Língua Portuguesa, ao abordar o movimento modernista. Esse aspecto é importante para a comparação que está sendo proposta aqui entre os livros do PNLD 2018 e as obras do PNLD 2021. No modelo de Ensino Médio aprovado pela reforma de 2017, o qual veremos a seguir, a interdisciplinaridade, que aparece timidamente no modelo anterior, atinge seu auge, com a unificação de Filosofia, Geografia, História e

Sociologia em um único livro didático, compartilhando o mesmo conjunto de competências e habilidades.

PNLD 2021: A HISTÓRIA DO BRASIL REPUBLICANO NOS LIVROS DIDÁTICOS PÓS-REFORMA

Para a compreensão, neste segundo ponto de análise, de como ficou a História republicana do Brasil nos livros didáticos aprovados após a reforma do Ensino Médio, servirão como fontes o *Guia Digital PNLD 2021: Ciências Humanas e Sociais aplicadas*, produzido pelo governo federal (Brasil, 2021), e as coleções de livros didáticos *Humanitas.doc* (Vainfas; Faria; Ferreira, 2020) e *Multiversos: ciências humanas* (Boulos Júnior; Adão; Furquim Jr., 2020). Valendo-se da mesma estratégia empregada na análise dos livros didáticos do PNLD 2018, o guia 2021 possibilita uma visão geral das características de todas as coleções aprovadas e de qual o espaço reservado para a História. Por sua vez, as duas coleções selecionadas, das editoras Saraiva e FTD, permitem avaliar com detalhes como a História do Brasil República passou a ser retratada após uma alteração tão significativa como a perpetrada no currículo pela reforma do governo Temer.

Feita essa consideração inicial, antes de analisar os livros didáticos será apresentado de maneira sucinta o teor das profundas modificações ocorridas com a reforma. A proposta de alteração no formato do currículo do Ensino Médio brasileiro há muitos anos vinha sendo discutida, mas ganhou força em 2014 ao ser anunciada como uma promessa de campanha à reeleição da presidenta Dilma Rousseff (PT). A justificativa para a necessidade de uma mudança significativa nesse nível de ensino estava ancorada nos péssimos resultados alcançados pelos estudantes do Brasil em avaliações como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa). Diante da extrema dificuldade do país em se aproximar das metas nacionais de educação, Dilma Rousseff defendeu que a quantidade de disciplinas obrigatórias cursadas era excessiva, o que levava os jovens a se desinteressarem pela escola (O Globo, 2014).

Após ser reeleita nas eleições de 2014 para um segundo mandato presidencial, Dilma Rousseff inseriu a reforma do Ensino Médio na pauta política, seguindo em tramitação no Congresso Nacional. Paralelamente, estava sendo desenvolvida uma proposta de Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com o intuito de estabelecer um conjunto de componentes curriculares e conteúdos a serem desenvolvidos nos três níveis de ensino da Educação Básica. No governo dela, houve a elaboração de duas versões dessa Base para o Ensino Médio, uma de setembro de 2015 e outra de maio de 2016. Em ambas, os componentes curriculares (até então chamados de disciplinas escolares) foram organizados em quatro áreas de conhecimento (Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Linguagens e Matemática), definindo-se os direitos e objetivos da aprendizagem previstos para cada um deles, assegurando, ainda, uma parte comum e outra diversificada (Brasil, 2015, 2016).

Após o afastamento de Dilma Rousseff das suas funções presidenciais, em agosto de 2016, em decorrência do processo de

impeachment aberto, a Base ficou momentaneamente em suspenso. Ao assumir o lugar dela, o presidente interino Michel Temer (MDB) lançou uma Medida Provisória (MP) que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), reformando o Ensino Médio. Tal MP passava a valer por tempo determinado e, para não perder a validade, precisava em pouco tempo ser analisada e confirmada pela Câmara e pelo Senado. Em fevereiro de 2017, o Congresso Nacional aprovou a reforma, a qual foi sancionada por Temer e transformada na Lei n. 13.415 (Brasil, 2017a). O fato de a reforma ter sido viabilizada como Medida Provisória não possibilitou uma ampla discussão com a sociedade, o que deveria ter sido feito, tendo em vista que representava um tema sensível, cuja alteração significativa geraria impactos na vida de milhões de pessoas.

Dando prosseguimento às mudanças, Temer apresentou, em abril de 2018, a terceira e definitiva versão da BNCC Ensino Médio. Ela se mostrou muito diferente dos dois modelos anteriores, estabelecidos no governo Dilma Rousseff. De novidade, incorporou a chamada pedagogia das competências, ao focar nas competências e habilidades a serem desenvolvidas com os estudantes (Brasil, 2018). As principais mudanças advindas dessas leis aprovadas em 2017 e 2018 foram: primeiro, a organização do Ensino Médio por áreas de conhecimento: Linguagens e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências da Natureza e suas tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. O que a difere das versões anteriores é que com ela cada área passou a ter um conjunto de competências e habilidades que é comum a todos os seus componentes curriculares. A segunda é a divisão do Ensino Médio em duas etapas: a formação geral, com tudo que está estipulado na BNCC (correspondendo a 60% da carga horária); e os itinerários formativos, em que cada estudante se aprofunda em uma das quatro áreas de conhecimento, em algumas delas articuladas ou em uma formação técnica e profissional (correspondendo a 40% da carga horária).

Todas essas mudanças trazidas pela Reforma levaram a uma revisão de como os livros didáticos estavam configurados, principalmente porque anteriormente eles eram organizados por disciplinas e as alterações fizeram com que dessem lugar a obras por áreas de conhecimento. Ou seja, a redução da carga horária das disciplinas tradicionais e o estabelecimento de um conjunto comum de competências e habilidades a todos os seus componentes curriculares fizeram com que houvesse a maior e mais significativa alteração no formato e conteúdo dos livros didáticos desde a redemocratização na década de 1980.

A partir dessas mudanças estruturais, a edição do PNLD 2021 foi adaptada a tal contexto. Dando início, como proposto, à análise dos livros didáticos aprovados por ela nesse novo modelo editorial, o primeiro aspecto a ser ressaltado é o formato dos livros. O PNLD 2021 aprovou 14 coleções de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, editadas pelas seguintes editoras: uma da AJS, uma da Ática, uma da Edições SM, duas da Editora do Brasil, duas da FTD, quatro da Moderna, uma da Palavras Projetos Editoriais, uma da Saraiva e uma da Scipione. Cada coleção é formada por 6 volumes, totalizando 84 obras, com em média 160 páginas por livro (Brasil, 2021). A respeito das equipes de autores das

coleções, é importante saber se historiadores fizeram parte delas.⁸ A análise revela que sim, das 14 coleções somente duas não tiveram entre os autores alguém com formação acadêmica em História na graduação ou na pós-graduação ou relacionada a ela.⁹ Poucas editoras se preocuparam em compor equipes com ao menos um autor formado em cada componente curricular: História, Geografia, Sociologia e Filosofia. Com isso, somente quatro coleções se encaixam nesse perfil, sendo o profissional de Filosofia o mais ausente no grupo de autores selecionados.

O fato de as coleções serem organizadas por área alterou completamente o modelo de livros por disciplina então adotado, estruturado nos anos 1980 e consolidado na década de 1990. Para o componente História, essa alteração modificou totalmente as bases sobre as quais ele estava assentado, gerando aos professores dessa disciplina, possivelmente, uma significativa dificuldade adaptativa. Ela ocorre porque, em linhas gerais, as alterações provenientes dessa nova reforma do Ensino Médio acabaram com as duas principais balizas nas quais o conteúdo/conhecimento de História vinha sendo estruturado. A primeira é a diretriz cronológica, em que os conteúdos são organizados em ordem crescente, dos eventos (acontecimentos) mais antigos aos mais recentes, seguindo a clássica periodização Pré-História, História Antiga, História Medieval, História Moderna e História Contemporânea. Os livros de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas não cumprem mais essa estrutura. Ao contrário, para atender às demandas das quatro disciplinas que os formam e o conjunto comum de competências e habilidades, as coleções passaram a ser organizadas por conceitos/temáticas, tais como participação política, liberdade, alteridade, cidadania, desigualdades, fronteira, território, cultura, Estado, meio ambiente, consumo e trabalho.

Com isso, a segunda baliza na qual o conteúdo/conhecimento de História vinha sendo estruturado também é abandonada por esse novo modelo introduzido pela reforma do Ensino Médio de 2017. Trata-se do uso, até então, de três livros didáticos adotados para cada série, sendo o 1º volume direcionado ao 1º ano (apresentando geralmente a pré-história, a Antiguidade, a Idade Média e parte da Idade Moderna), o 2º volume ao 2º ano (Idade Moderna e parte da Idade Contemporânea) e o 3º volume ao 3º ano (Idade Contemporânea). Com o PNL 2021, cada coleção de livros de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas passou a possuir seis volumes, entregues ao aluno no primeiro ano para serem utilizados durante as três séries do Ensino Médio. Não houve mais um livro cujo

⁸ Como informado anteriormente, para o PNL 2018, no qual ainda havia a seleção de livros didáticos especificamente de História, ao menos um dos autores de cada coleção tinha alguma formação em História (seja graduação ou pós-graduação) ou relacionada a ela (Mestrado em Ciências, com concentração em História Social).

⁹ As exceções são as coleções *Compreender o mundo*, da editora Ática (dos três autores, dois são formados em Geografia e um em Ciências Sociais. Embora o formado em Ciências Sociais, Cláudio Vicentino, tenha feito carreira escrevendo livros de História), e *Liberdade e vida social*, da Editora do Brasil (dos quatro autores, um é formado em Geografia, um em Ciências Sociais, um em Filosofia e o outro em Ciências. Embora a formada em Ciências, Priscila Manfrinati, tenha experiência como professora de História em pré-vestibulares).

conteúdo só era mobilizado em uma série específica. Dependendo das competências e habilidades que cada componente (disciplina) utilizaria, o volume 1 poderia, por exemplo, ser empregado no 1º ano por História e no 3º ano por Sociologia. Ou, ainda, nunca ser necessário para outra disciplina, como Filosofia.

Sem dúvida, uma mudança profunda para a disciplina História, já que os livros didáticos, ao serem organizados por temas transversais e, conseqüentemente, haver a tentativa de problematizá-los conjuntamente em termos sociológicos, históricos, filosóficos e geográficos, não houve mais a preocupação que havia na produção de livros especificamente de História de apresentar com detalhes um acontecimento histórico. Com isso, ocorreu uma diluição do conteúdo de História, que aparece como auxiliar, e não mais protagonista. Em um trabalho interdisciplinar, visando à promoção do desenvolvimento integral dos estudantes, aspectos do passado passaram a ser mobilizados com a intenção de explicar o presente. A construção é feita de modo a desestimular narrativas que foquem o passado pelo passado. A intenção é que o conhecimento de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas se aproxime da realidade do estudante e dos problemas atuais da sociedade, possibilitando aos alunos aplicarem, em suas vidas cotidianas, os conhecimentos, as habilidades e os valores desenvolvidos nos livros.

Após apresentar os traços gerais das obras aprovadas no PNLD 2021, neste momento a presente pesquisa focará nas duas coleções selecionadas, de modo a verificar nelas de que maneira é retratada a História do Brasil República. A coleção *Humanitas.doc*, da Editora Saraiva, manteve praticamente inalterada a equipe de autores que havia escrito a coleção de História aprovada no PNLD 2018, composta por professores universitários do departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF). A única diferença é que Georgina dos Santos, que havia participado do anterior, não integrou o projeto de 2021, no qual estiveram presentes apenas Ronaldo Vainfas, Sheila de Castro Faria e Jorge Ferreira. É interessante observar que a maioria das editoras, para compor a coleção de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, de uso comum por História, Geografia, Sociologia e Filosofia, reuniu uma equipe multidisciplinar de autores. No caso do material didático em apreço, a editora optou por manter apenas historiadores. O quadro 02 apresenta a “decupagem” do conteúdo de História do Brasil República presente nos seis volumes dessa coleção de livros:

Quadro 02 - A História do Brasil República na coleção *Humanitas.doc*.

Editora Saraiva	
Título da coleção: <i>Humanitas.doc</i>	
Distribuição do conteúdo de História do Brasil República	
Volume 1: Tempo e Espaço	<ul style="list-style-type: none"> No capítulo 3 (“A humanidade entre conceitos e preconceitos”), aborda-se a persistência das exclusões e preconceitos em diferentes sociedades. Com isso, faz-se uma pequena referência ao período republicano brasileiro, ao apontar que a primeira

	<p>Constituição republicana, aprovada em 1891, ao só admitir o direito de voto aos alfabetizados acabou excluindo grande parte dos afrodescendentes da participação política, uma vez que, diante de suas circunstâncias de vida, a maioria deles era analfabeta.</p> <ul style="list-style-type: none"> • No capítulo 4 (“Indicadores quantitativos nas Ciências Humanas”), ao tratar da demografia, faz-se um panorama das mudanças de crescimento da população ao longo dos censos populacionais nacionais, passando pela Primeira República (1889-1930) e pelo primeiro governo Vargas (1930-1945).
<p>Volume 2: Territórios, Territorialidades e Fronteiras</p>	<ul style="list-style-type: none"> • No capítulo 3 (“A construção territorial do Brasil”), é feita uma análise da ocupação do território brasileiro desde a colonização até a contemporaneidade. Com isso, faz-se referência ao período republicano, informando que foi no auge da produção cafeeira que se proclamou, em 1889, a República no Brasil; que a Primeira República priorizava a cafeicultura; que Getúlio Vargas, com a Revolução de 1930, e, depois, com seu primeiro governo (1930-1945), diversificou a economia investindo na industrialização; que no pós-1945, com a transição de um governo ditatorial (Estado Novo) para um regime democrático, houve políticas de atração de investimentos estrangeiros no país e a chegada de grandes multinacionais; que o governo de Juscelino Kubitschek construiu Brasília, em seu projeto de integração; que o regime civil-militar financiou o que se chama hoje de agronegócio, com a exportação de soja, laranja, milho, entre outros produtos; e que com a redemocratização, pós 1985, as políticas tenderam para o neoliberalismo e privatizações, principalmente com Fernando Henrique Cardoso.

	<ul style="list-style-type: none"> • No capítulo 4 (“Divisão internacional do trabalho e globalização”), é realizado um panorama das mudanças no setor laboral e de produção mundial da Idade Moderna, com o mercantilismo, até os dias atuais. Com isso, há referência a alguns governos republicanos brasileiros: a intervenção do Estado na economia com o Estado Novo de Getúlio Vargas, em um esforço para adquirir uma moderna siderurgia, sem a qual o país não poderia se industrializar; o Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961); e a década de 1990, na qual o modelo nacional-desenvolvimentista passou a ser substituído pelo neoliberal.
Volume 3: Indivíduo, Sociedade e Natureza	<ul style="list-style-type: none"> • Não há abordagem sobre a História do Brasil República.
Volume 4: Política e Mundo do Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • No capítulo 2 (“Na luta por direitos: trabalhadores e capitalismo”), abordam-se as questões e lutas trabalhistas desde a Revolução Industrial até a contemporaneidade. Em um momento, é destacado que no Brasil as leis trabalhistas voltadas aos trabalhadores urbanos começaram a ser promulgadas no início de 1931 e foram consolidadas com a ditadura do Estado Novo. • No capítulo 5 (“Trabalho no Brasil: entre direitos e conflitos sociais”), aborda-se a luta dos trabalhadores por seus direitos de cidadania ao longo da História republicana brasileira, mostrando a falta de direitos sociais na Primeira República; o acesso a eles ao longo do primeiro governo Vargas, com a legislação trabalhista; a manutenção e ampliação dos direitos sociais, além do pleno acesso aos direitos políticos durante o período democrático (1945-1964); o retrocesso com a ditadura militar (1964-1985), que teve como principais reflexos o arrocho salarial, a perseguição a sindicatos e o cerceamento dos

	<p>direitos políticos; a redemocratização, com a Constituição de 1988, um texto bastante avançado nos direitos sociais, a começar pela universalização do acesso à saúde pública; o modelo neoliberal adotado a partir da década de 1990; e a reforma trabalhista de 2017.</p> <ul style="list-style-type: none"> • No capítulo 6 (“Cidadania e direitos humanos”), é apresentado como o conceito de cidadania foi criado e adotado ao longo da História mundial. Em relação ao Brasil, o livro aborda como ficaram os direitos civis, políticos e sociais no período republicano, analisando as diferentes constituições.
Volume 5: Sociedade, Cultura e Política	<ul style="list-style-type: none"> • No capítulo 4 (“Violência e punição institucionalizadas”), abordam-se as punições, torturas e penas de morte ocasionadas por diferentes regimes políticos ao longo da História, incluindo as ditaduras militares da América Latina. No caso do Brasil, cita-se o jornalista Vladimir Herzog (1937-1975) e a Casa da Morte, em Petrópolis, conhecida por ter servido como Palco de tortura e assassinato de presos políticos.
Volume 6: Diversidade, Cidadania e Direitos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> • No capítulo 1 (“Sociedade de consumo e contracultura”), aborda-se a década de 1960, marcada por posicionamentos revolucionários em diversas partes do mundo contra o poder vigente e por questionamentos sobre os padrões comportamentais dominantes. No caso do Brasil, são dadas como exemplo as primeiras mobilizações estudantis contra o regime civil-militar, chegando ao auge dos protestos com a chamada Passeata dos Cem Mil, em junho de 1968. • No capítulo 4 (“América Latina: dilemas da política e da economia”), retrata-se como ocorreu o desenvolvimento econômico na região. Para o Brasil, é analisado esse desenvolvimento ao longo

	<p>dos governos republicanos, começando na Primeira República, com o domínio das oligarquias exportadoras de produtos agropecuários; passando pelo governo Vargas, com um projeto de modernização ancorado na ditadura do Estado Novo e nas leis trabalhistas; e pelos governos democráticos de 1945 a 1964 (Eurico Gaspar Dutra, Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart); e chegando à ditadura civil-militar (1964-1985), que alternou entre o nacional-desenvolvimentismo e o liberalismo econômico.</p>
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Autoria própria.

Apresentada a coleção *Humanitas.doc*, da editora Saraiva, a partir deste momento será analisada a História republicana do Brasil retratada na coleção *Multiversos: ciências humanas*. Como não havia mais apenas o livro didático de História, a editora FTD convidou outros dois autores para se juntarem a Alfredo Boulos Júnior na escrita da coleção de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Assim, além dele, mestre em Ciências (com concentração em História Social) e doutor em Educação, formaram a equipe que desenvolveu essa coleção Edilson Adão Cândido da Silva e Laercio Furquim Júnior (ambos são mestres em Ciências, pela Universidade de São Paulo (USP), com concentração em Geografia Humana; bacharéis e licenciados em Geografia pela USP; e professores de Geografia no Ensino Médio e Superior). A seguir (quadro 03), a “decupagem” do conteúdo de História do Brasil República presente nessa segunda coleção:

Quadro 03 - A História do Brasil República na coleção *Multiversos: ciências humanas*.

Editora FTD	
Título da coleção: <i>Multiversos: ciências humanas</i>	
Distribuição do conteúdo de História do Brasil República	
<p>Volume 1: Globalização, tempo e espaço</p>	<ul style="list-style-type: none"> No capítulo 4 (“Formação do território onde hoje é o Brasil”), é feita uma análise da ocupação do território brasileiro desde a colonização até a contemporaneidade. Com isso, faz-se referência ao período republicano, ao descrever o surgimento de novas fronteiras no século XIX e XX, com destaque para a questão do Acre; a produção cafeeira iniciada no Rio de Janeiro e, em seguida, espalhada para o interior de São Paulo; a criação do Serviço de

	<p>Proteção ao Índio (SPI), em 1910, no governo de Nilo Peçanha; o governo de Getúlio Vargas, com a política de ocupação do sertão chamada de Marcha para o Oeste; e a construção de Brasília, no governo de Juscelino Kubitschek.</p>
Volume 2: Populações, territórios e fronteiras	<ul style="list-style-type: none"> • Não há abordagem sobre a História do Brasil República.
Volume 3: Sociedade, natureza e sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Não há abordagem sobre a História do Brasil República.
Volume 4: Trabalho, tecnologia e desigualdade	<ul style="list-style-type: none"> • Não há abordagem sobre a História do Brasil República.
Volume 5: Ética, cultura e direitos	<ul style="list-style-type: none"> • Não há abordagem sobre a História do Brasil República.
Volume 6: Política, conflitos e cidadania	<ul style="list-style-type: none"> • No capítulo 1 (“Indígenas e afrodescendentes no Brasil: protagonismos e demandas”), é feita uma análise da política para os povos indígenas e afrodescendentes ao longo do tempo, desde a colonização até a contemporaneidade. Com isso, referencia-se o período republicano. Sobre os povos indígenas, aborda-se a criação, em 1910, do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), cuja direção foi entregue ao Marechal Rondon (1865-1958); o regime civil-militar; e a Constituição de 1988. Já a respeito dos povos afrodescendentes, retrata-se a imprensa negra, na Primeira República, na ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas e na redemocratização pós-1945; o teatro e o racismo no governo Eurico Gaspar Dutra; o movimento negro e a resistência democrática à ditadura civil-militar iniciada em 1964; e as demandas políticas, sociais e culturais dos afro-brasileiros da redemocratização de 1988 aos dias atuais.

	<ul style="list-style-type: none"> • No capítulo 2 (“Populismo, autoritarismo e paternalismo na América Latina”), são apresentados três exemplos de políticos que teriam as características presentes no título: Getúlio Vargas (Brasil), Juan Domingo Perón (Argentina) e Lázaro Cárdenas (México). No caso do Vargas, o texto foca no Estado Novo e em como tal presidente utilizou a repressão (com prisões, deportações) e a censura e a propaganda (com o auxílio do Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP) para veicular sua ideologia e impor seu autoritarismo e política de massas. • No capítulo 3 (“Experiências autoritárias na América Latina”), são apresentados os governos ditatoriais formados no Brasil, na Argentina, no Chile e no Uruguai entre os anos de 1960 e 1980. No caso do Brasil, foca-se na repressão dos militares no poder (com as prisões, as torturas e a constante decretação de Atos Institucionais) e na resistência democrática de estudantes, operários e políticos. Contudo, o aspecto econômico é lembrado também, com o chamado milagre econômico ocorrido durante o governo Médici.
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Autoria própria.

O que se verifica, após a análise atenta do conteúdo, é que ao serem baseadas em competências e habilidades da BNCC as coleções de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas diluíram e sintetizaram o conteúdo de História do Brasil República. Substituíram as explicações detalhadas sobre os diferentes governos presidenciais por apenas algumas questões pinceladas a partir da temática que está sendo exigida na competência e habilidade então mobilizada. Por exemplo, uma das competências e habilidades da BNCC é “Identificar e caracterizar a presença do paternalismo, do autoritarismo e do populismo na política, na sociedade e nas culturas brasileira e latino-americana, em períodos ditatoriais e democráticos, relacionando-os com as formas de organização e de articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da democracia, da cidadania e dos direitos humanos na sociedade atual”. A partir disso, as coleções vão focar nesse aspecto do governo, por exemplo, de Getúlio Vargas, não sendo mais necessário apresentar detalhadamente a crise da Primeira República que levou à chamada Revolução de 1930, os governos provisório (1930-1934),

constitucional (1934-1937) e ditatorial (1937-1945) e todos os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais que marcaram essa temporalidade. Dessa forma, enquanto uma parte significativa do período republicano é apresentada de maneira superficial, a outra sequer é problematizada. Por exemplo, o sistema político vigente durante a Primeira República e os conflitos sociais que marcaram o período (como Guerra de Canudos, Guerra do Contestado, Revolta da Vacina e Revolta da Chibata).

Por fim, apesar de o exame das duas coleções do PNLD 2021 selecionadas revelar serem seus conteúdos totalmente diferentes dos adotados pelos livros de História do PNLD 2018, as quatro coleções, em relação ao emprego das avaliações, demonstram preocupação em preparar os alunos para as provas dos vestibulares estaduais e do ENEM. Ao final de cada capítulo das coleções *Humanitas.doc* e *Multiversos: ciências humanas* há as seções intituladas, respectivamente, “De olho na universidade” e “Retomando”, voltadas a apresentar uma série de questões de exames de acesso às universidades. Já a respeito do papel dos alunos, há uma perspectiva de torná-los protagonistas, na construção autônoma do conhecimento, do pensamento crítico e da capacidade argumentativa e investigativa. Por sua vez, ao professor caberia o papel de mediador do processo de produção e/ou aquisição do conhecimento histórico

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reforma do Ensino Médio, aprovada no Brasil em 2017, foi responsável por mudanças significativas no currículo escolar, como a divisão em duas partes, uma de formação geral, com 60% da carga horária, e outra de itinerários formativos, com os demais 40%, dedicada ao aprofundamento do estudante em uma das áreas de conhecimento ou na formação técnica e profissional; e predominância das competências e habilidades em relação aos conteúdos. Outra alteração fundamental foi a organização dos componentes (disciplinas) por áreas de conhecimento, compartilhando entre eles o mesmo conjunto de competências e habilidades. Com isso, os livros didáticos deixaram de ser organizados por disciplina e passaram a ser constituídos por área, reunindo um conjunto de componentes do currículo. Ou seja, com a reforma de 2017 as editoras passaram a produzir apenas livros didáticos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (utilizados de maneira comum por História, Geografia, Sociologia e Filosofia).

A partir dessa alteração, o presente artigo objetivou fazer uma comparação entre como a História do Brasil República é abordada nos livros didáticos de História aprovados pelo PNLD 2018 e nos livros de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas aprovados pós-reforma, pelo PNLD 2021. Como resultado de tal análise, foi possível concluir que houve uma mudança considerável na forma como esse período é retratado nos dois momentos. As obras *História*, da editora Saraiva, e *História, Sociedade & Cidadania*, da editora FTD, presentes no PNLD 2018, apresentam, de forma cronológica, com riqueza de informações, os aspectos sociais, políticos, culturais e econômicos de todo o período republicano: A crise do Império e a Proclamação da República, a Primeira República (1889-1930), a Era Vargas (1930-1945), a República democrática (1946-1964), o

Regime civil-militar (1964-1985) e a Redemocratização (1985 até os dias atuais). Ou seja, há uma preocupação de apresentar em detalhes essas experiências, seus contextos internos e externos e os diferentes atores sociais envolvidos, de modo a não perder de vista a complexidade deles e nem o cuidado necessário para analisá-los e explicá-los aos discentes.

Por sua vez, as coleções *Humanitas.doc*, da editora Saraiva, e *Multiversos: ciências humanas*, da editora FTD, aprovadas no PNLD 2021, apresentam a História republicana de maneira incompleta, não abarcando todos os governos presidenciais, uma vez que a preocupação principal não era mais com o conteúdo em si, mas com as competências e habilidades da BNCC. O resultado disso é a substituição da dimensão cronológica, que tinha o cuidado de apresentar em sua narrativa, de maneira abrangente e minuciosa, todas as experiências humanas, da pré-história até a contemporaneidade. Em seu lugar, os livros produzidos pós-reforma trouxeram como fio condutor da narrativa um recorte apenas temático, o qual não necessitava apresentar todos os períodos republicanos, tratando os poucos que permaneceram de forma diluída e pouco crítica. Isso tudo acabou restringindo o conhecimento histórico transmitido ao aluno, que passou a deixar o Ensino Médio com uma noção superficial da História, mobilizada unicamente para explicar o presente.

REFERÊNCIAS

ABUD, Katia Maria. A história nossa de cada dia: saber escolar e saber acadêmico na sala de aula. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (org.). **Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 107-117.

BOMENY, Helena. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 137-166.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História, Sociedade & Cidadania**. 2ª edição. São Paulo: FTD, 2016. 3 vols.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo; ADÃO, Edilson; FURQUIM JR., Laercio. **Multiversos: ciências humanas**. 1ª edição. São Paulo: FTD, 2020. 6 vols.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/BNCC-APRESENTACAO.pdf>. Acesso em 10 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2ª versão. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/bncc-2versao.revista.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. **Lei n. 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017a. Altera as Leis n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases

da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei n. 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei n. 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD 2018: história** – guia de livros didáticos – Ensino Médio/ Ministério da Educação – Secretária de Educação Básica – SEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2017b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf. Acesso em 10 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Fundo de Desenvolvimento da Educação. **Guia Digital PNLD 2021: Ciências Humanas e Sociais aplicadas**. Universidade Federal de Alagoas, 2021.

CALDAS, Karina Ribeiro Mendonça. **Nação, memória e história: a formação da tradição nos manuais escolares**. 2005. 114 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Goiás, Goiânia/GO.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. O ensino de história do Brasil: concepções e apropriações do conhecimento histórico (1971-1980). In: CERRI, Luiz Fernando (org). **O Ensino de História e a ditadura militar**. 2ª edição. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2007, p. 35-54.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. **História & ensino de História**. 3ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História da escola em São Paulo e no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Instituto Fernand Braudel, 2005.

MONTEIRO, Ana Maria. Professores e livros didáticos: narrativas e leituras no ensino de história. In: ROCHA, Helenice A. B.; REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo de S. (orgs). **A história na escola: autores, livros e leituras**. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 175-199.

NASCIMENTO, Manoel Nelito M. Ensino Médio no Brasil: determinações históricas. **UEPG Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguagens, Letras e Artes**. Ponta Grossa, v. 15, n. 1, p. 77-87, jun. 2007.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, dezembro de 1993, p. 7-28.

O *GLOBO*. Reforma de currículo proposta por Dilma gera polêmica nas redes sociais. 22 de setembro de 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/reforma-de-curriculo-proposta-por-dilma-gera-polemica-nas-redes-sociais-14011499>. Acesso em: 10 jan. 2024.

REZNIK, Luís. O lugar da História do Brasil. In: MATTOS, Ilmar Rohloff de (org). **Histórias do ensino da história no Brasil**. Rio de Janeiro: Acess, 1998, p. 67-89.

ROCHA, Helenice. Livro didático de história em análise: a força da tradição e transformações possíveis. In: ROCHA, Helenice; REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (org.). **Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017, p. 11-30.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

VAINFAS, Ronaldo et al. **História**. 3ª edição. São Paulo: Saraiva, 2016. 3 vols.

VAINFAS, Ronaldo; FARIA, Sheila de Castro; FERREIRA, Jorge. **Humanitas.doc**. 1ª edição. São Paulo: Saraiva, 2020. 6 vols.

Contato do autor:

autor: André Barbosa Fraga

e-mail: andrebfraga@yahoo.com.br

Manuscrito aprovado para publicação em: 19/12/2025.